

GOMES, Cristina Costa; PINA, Isabel Murta; FERNANDES OP, José Manuel;
COUTINHO, Maria João Pereira, coord.

*Rastos dominicanos, de Portugal para o mundo. 600 anos da Província Portuguesa.
Homenagem a Fr. José Augusto Mourão, OP*

Lisboa: Universidade Católica Editora, 2022. 471 p. ISBN: 9789725408391

MARIA DE LURDES CORREIA FERNANDES

doi: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2023.15960>

Universidade do Porto, Instituto de Filosofia

 <https://orcid.org/0000-0002-0787-2974>

Esta obra, cujos objetivos são clara e complementarmente apresentados por Fr. José Manuel Fernandes e por Cristina Costa Gomes, respetivamente, no Prefácio e na Introdução, é o resultado material do colóquio internacional que, em 2018, celebrou os 600 anos da Província Portuguesa da Ordem dos Pregadores (OP). Mas é também um motivo e meio de homenagem a Fr. José Augusto Mourão (1947-2011), a quem se deve, como salientou Cristina Costa Gomes, um grande empenho na «promoção dos estudos dominicanos, especialmente durante os anos em que presidiu ao Instituto São Tomás de Aquino (ISTA)» e cuja palavra oral e escrita deixou, sobretudo nos que com ele privaram, como diz de Fr. José Manuel Fernandes, «rasto de esperança do inefável que a amizade transporta em si». E foi para dar continuidade a esse esforço, honrando-o e alargando-o, que os organizadores, quer do colóquio de 2018, quer deste volume, venceram as adversidades pandémicas e levaram a bom porto a edição agora acolhida pela Editora da Universidade Católica.

Uma primeira nota é devida sobre a organização simultaneamente multidisciplinar e, pela sua dimensão historiográfica, diacrónica com que os organizadores pretenderam celebrar os 600 anos da Província Portuguesa da OP, sem, contudo, deixar de ter em vista diversas problemáticas em aberto e até, para usar as próprias palavras de Fr. José Manuel Fernandes, as «provocações» lançadas durante o colóquio de 2018, que vão da divulgação e projeção em plataformas digitais de figuras e fontes documentais dominicanas até à criação de conteúdos didáticos que motivem a compreensão da longa história dominicana (p. 6).

Uma segunda nota diz respeito à assumida diversidade de focos deste volume, não só no que diz respeito às áreas temáticas e disciplinares, mas também à multiplicidade de perspetivas e abordagens. Se a componente mais volumosa é a que resulta dos trabalhos de investigação e sua apresentação em duas grandes partes centrais – uma relativa aos *Dominicanos em Portugal*, outra aos *Dominicanos no Mundo*, respetivamente segunda e terceira partes – os objetivos e a conceção do volume tiveram direito também a um destaque formal, através da sua exposição na primeira parte, que inclui os testemunhos de homenagem sentida a José Augusto Mourão. Um de Cristina Costa Gomes, em que evocou «a voz de José A. Mourão» nos «fulgores da memória» e das muitas memórias (pessoais e coletivas), partilhadas por amigos que teimam em não esquecer a sua passagem terrena, na OP e no ISTA, os seus textos e a sua voz. Outro de Maria Augusta Babo, mais centrado na valorização sua prática «textualista» com que José A. Mourão procurava encontrar e dar sentido ao mundo, aos objetos e aos outros. Ao mundo desordenado que quis entender e narrar.

O volume encerra com uma quarta parte que inclui pequenas «Histórias e crónicas» que ilustram olhares diferentes e de certo modo mais pessoais sobre figuras, factos e ações de alguns dominicanos: Fernão de Oliveira, ficcionado no *Romance do Gramático* de Ernesto Rodrigues; a breve história da «fundação do convento dominicano de Aveiro (1423)» por Frei António José de Almeida; a «Crónica de uma missão em Nampula – Moçambique» com que Abel N. Pena evoca a sua experiência e da OP em Moçambique, incluindo as influências da espiritualidade e do pensamento que passam não só por São Domingos, mas também pela obra de Paulo Freire e pelas múltiplas influências na ação dos dominicanos, neste caso, em Moçambique. Finalmente, esta quarta parte encerra com uma evocação/homenagem pessoal de Fr. Bento Domingues a um seu amigo, «Um dominicano português no Peru», concretamente Fr. Henrique Urbano, religioso de muitas valências, nomeadamente, além de sacerdote dominicano, também músico, poeta e apaixonado pelas Ciências Humanas, etno-historiador, antropólogo, sociólogo, falecido em 2014.

Deste modo, a obra abre com uma homenagem que podemos dizer coletiva a Fr. José Augusto Mourão e encerra com outra homenagem, mais pessoal ou testemunhal, a outro dominicano cujo «claustro» foi o oceano, como sugeriu Fr. Bento Domingues.

Compreensivelmente, porque a matriz deste volume é a comemoração dos 600 anos da OP em Portugal e a sua presença em diversas partes do mundo, em ambas as partes centrais essa organização segue em grande medida uma ordem cronológica que cobre tempos e factos que vão da Idade Média até à contemporaneidade. Para não desvirtuar a intenção dos organizadores, sigamos essa ordem.

Começando pela presença dos dominicanos em Portugal na Idade Média, suas vicissitudes e sucessos, é possível, com Saul Gomes no estudo sobre «Os dominicanos e a vida pastoral no Portugal Medieval», acompanhar a evolução de algumas facetas desses primeiros tempos e da atividade pastoral depois da sua implantação, com recurso a algumas fontes manuscritas e à sistematização da informação constante da *História de S. Domingos* de Fr. Luís de Sousa. Este historiador percorreu as dificuldades da implantação da OP nos tempos de D. Afonso II, a importância do bom e ágil acolhimento pelo bispo de Coimbra, D. Pedro Soares, da Bula de Honório III que solicitava o apoio episcopal, a partir da qual facilitou a pregação em todo o seu bispado de Fr. Soeiro e seus irmãos, assim como pelas as facilidades concedidas por D. Sancho II para a sua implantação no país a partir da primeira igreja e posterior casa dominicana em Santarém, de onde irradiou a atividade pastoral da Ordem e a multiplicação dos conventos no país, tanto masculinos como femininos.

Das «fundações dominicanas femininas durante a Idade Média: linhas de força, problemáticas e silêncios» ocuparam-se, num estudo colaborativo, João Luís Fontes e Filomena Andrade. Não foi fácil – e o estudo mostra-o muito bem – o processo de institucionalização de comunidades femininas na OP, mesmo nos casos em que havia proximidade com os frades dominicanos, como sucedeu em Santarém, onde acabou por ser criado, já quase em meados do século XIV (1348), o mosteiro de S. Domingos das Donas. De facto, são ainda muitos os silêncios, inclusive sobre alguma oposição movida pelos franciscanos, facto que, como bem notaram os autores, realça a importância da busca de novas fontes ou de interrogações novas a fontes já conhecidas, do cruzamento de perspetivas analíticas e de novos olhares que delas decorram. A criação de outros conventos femininos – como é o caso do Corpus Christi em

Gaia pouco depois, ou do cenóbio do Salvador em Lisboa no final do século – teve certamente na canonização de Santa Catarina de Sena em 1461 um impulso, nada despidendo para a «aceleração da reforma dos mosteiros» (p. 83) e para o que os autores designam de «regularização monástica de outras formas de vida religiosa feminina, incluindo aquelas que se iam aproximando da Ordem como comunidades de terceiras dominicanas». A proteção da alta nobreza à fundação do mosteiro de Jesus de Aveiro é outro elemento a ter em conta no referido processo de crescente institucionalização religiosa de grupos de «mulieres religiosae» das cidades, para que contribuiu também a produção e circulação de textos normativos, litúrgicos e de espiritualidade que em muito contribuíram para o contexto de reforma que se vivia nos finais do século XV e se aprofundaria nas primeiras décadas do século XVI. Processos complexos, que cruzam muitas dimensões da vida religiosa e social a que também os dominicanos portugueses não foram alheios.

Compreensivelmente, tempos e circunstâncias são sempre dimensões que marcam a evolução de qualquer instituição e as suas formas de ligação aos diversos contextos em que se insere e atua – o que, naturalmente, também se aplica à OP.

Como é sabido, nos séculos XVI e XVII, por diversos motivos, a OP em geral e, em particular, alguns dos seus membros estiveram ligados à atividade da Inquisição e esse facto não foi omitido no conjunto dos estudos da 2ª parte da obra. Também neste domínio devem ser evitadas abordagens simplistas e, de facto, não o foram, quer a de Elvira Mea sobre a atividade de «Fr. Luís de Sotomaior. Deputado do Santo Ofício», figura a que a autora já tinha dedicado um outro estudo, quer a de Vanda Anastácio sobre a «Lenda Dourada de Frei Bartolomeu Ferreira» enquanto primeiro censor dos *Lusíadas*, a partir sobretudo da revisão de diversos estudos, em particular de Sousa Viterbo. Ambos os artigos evidenciam a importância de continuar a interrogar as fontes – incluindo os seus silêncios e os seus modos de expressão – para que a compreensão do lugar e do papel de figuras influentes nas suas épocas considerem os sentidos e as múltiplas facetas da sua atividade.

E também não faltou neste volume a perspetiva literária, ainda que neste caso com foco hagiográfico, com o estudo de Isabel Morujão sobre as «Representações da santidade na poesia de Soror Violante do Céu», mais concretamente, sobre o que designa de «santoral dominicano», constituído pelo conjunto de poemas em louvor de 45 santos, dos quais 14 eram dominicanos, incluídos na sua obra *Parnaso Lusitano*. Com a sua análise quis mostrar como também «esta monja dominicana testemunha (...) o movimento de abertura da Igreja aos novos santos do calendário litúrgico». No conjunto dos santos que celebra poeticamente, 13 são santas, o que corresponde a 29% do total, percentagem não despidendo e de significados que merecem ser analisados e valorizados, à luz da revalorização da santidade nos tempos pós-Trento.

Na já referida conceção multidisciplinar da obra, não podia faltar a dimensão artística e arquitetónica, aqui assumida por Maria João Pereira Coutinho, que explorou os sentidos que emergem das imagens das fachadas das casas dominicanas nos séculos XVI e XVII e do cruzamento da imagem com a pregação. A sua «leitura de fontes primárias e secundárias» que usou para «compreender o papel da imagem escultórica no programa decorativo da arquitetura das casas dominicanas», o seu «caráter panegírico» decorrente, nomeadamente, de orientações tridentinas (incluindo imagens de santos) levou-a a analisar, comparativamente, portadas de

«obras literárias e panegíricas, nacionais e internacionais, e de estruturas retabulares», com que tentou «traçar uma outra perspectiva sobre um conjunto de objetos até agora só tratados monográfica e individualmente» (p. 147). E assim mostrou «o quanto a imagética se impôs e persistiu no espaço arquitetónico português» (p. 161), contribuindo para a configuração do barroco português e para «reconhecimento da integração da imagem devocional na arquitetura como uma das maiores expressões artísticas ao serviço da pregação».

Saltando para a segunda metade do século XIX e primeiros anos do século XX, temos, num outro plano, dois estudos, claramente complementares, sobre Teresa de Saldanha, a fundadora da Congregação Dominicana em Portugal em 1866 e promotora de uma intensa atividade educativa de impacto internacional.

O primeiro estudo, da autoria da Irmã Rita Maria Nicolau, traçou um panorama amplo da vida e ação de Teresa de Saldanha, cuja formação esteve a cargo dos padres ingleses da Igreja dos Inglesinhos e dos padres irlandeses do convento do Corpo Santo, em Lisboa, descrevendo com pormenor a evolução da sua atividade, dos seus contactos internacionais, da fundação de conventos, passando pela intensa atividade epistolar com as irmãs e pela ampla internacionalização da sua obra em diversos continentes (a par do reforço da sua fama de santidade). O segundo estudo, de Helena Ribeiro de Castro, está mais focado na atividade educativa, sobretudo a partir da fundação, em 1859, da Associação Protetora de Meninas Pobres que veio a promover e subsidiar mais de uma dezena de escolas e colégios, acolhendo não só meninas pobres, mas alargando o propósito educativo também a meninas de todas as classes sociais, reforçado depois com a fundação de colégios dispersos pelo país, criando o que a autora designa de «pedagogia dominicana». Deste modo, a complementaridade de ambos os estudos é notória e revela também a vontade de valorização não só da ação, mas também do carisma de Teresa de Saldanha, cujo processo de canonização está em curso.

A segunda metade do século XX ficou, no plano religioso (e não só), significativamente marcada pela celebração do Concílio Vaticano II num contexto de profundas mudanças políticas, sociais e culturais, algumas das quais decorrentes do impacto e efeitos da segunda Guerra Mundial. No que aos dominicanos diz respeito, trouxe-nos Moisés de Lemos Martins uma análise descritiva do aparecimento e da amplitude de áreas abordadas no que define como «ambicioso projeto teológico» que foi a criação da revista *Concilium* (iniciada em 1965, ainda no decurso do Concílio), editada em 7 línguas e congregando importantes teólogos da época, em torno de objetivos de difusão, aprofundamento e explicitação das propostas conciliares (p. 209). A sua publicação mensal era, naturalmente, exigente, mas também facilitou uma grande amplitude de temáticas e de importantes problemáticas daqueles anos, o representante português no Conselho de Direção (um por língua), Fr. Mateus Peres, contava com a colaboração direta de Frei Raimundo de Oliveira e de Frei Bento Domingues (estes, aliás, dirigentes do Instituto Superior de Estudos Teológicos-ISET), escola de formação superior em Teologia, incorporadora do «programa conciliar, de abertura da Igreja ao mundo contemporâneo e ao pensamento crítico das Ciências Sociais e Humanas» (p. 222). Esta revisão geral mostra como vale bem a pena aprofundar o estudo do impacto desta revista nas reflexões teológicas, morais e sociais - e não só naqueles anos.

A terceira Parte é dedicada aos dominicanos no mundo – também com uma organização de base diacrónica.

Dos dominicanos em Timor Leste fala-nos D. Ximenes Belo, que traça um panorama extenso – de meados do séc. XVI ao primeiro quartel do século XIX – da ação dos missionários dominicanos na Insulíndia, recorrendo a breves notas biográficas de missionários dominicanos, com identificação de algumas das suas ações, até à extinção das ordens religiosas em 1834.

Uma «abordagem didática da figura de Fr. Gaspar de Melo» é-nos proposta por Carla Delgado da Piedade, a partir, por um lado, da sua experiência de lecionação disciplina de História no 3º ciclo e secundário e da consequente constatação da ausência dos dominicanos nos manuais escolares, inclusive na componente relativa ao Império Português, e, por outro, da intenção de elaboração de um «dossier documental que possa ser trabalhado pelos alunos do 3º ciclo e secundário» e que lhes permita, através do estudo biográfico de figuras como Frei Gaspar de Melo, compreender melhor as «várias iniciativas dos Dominicanos» na Índia, com o objetivo de envolver professores e alunos nos caminhos da investigação desta figura ainda pouco conhecida e de suscitar curiosidade e vontade de o estudar.

Da complexidade – incluindo afinidade e colaboração – do/no relacionamento entre missionários dominicanos e jesuítas na China falam-nos Cristina Costa Gomes e Isabel Murta Pina. Com recurso a três documentos manuscritos que transcrevem e publicam em anexo, trazem-nos a história de «um bispo dominicano em defesa de um padre jesuíta na China, entre 1689 e 1691», depois da fuga de Paulo Vanhes/Wan Qiyuan da residência jesuíta em Xangai e do empenho do bispo dominicano Gregorio López/Luo Wenzao em apoiar a sua localização e a sua manutenção na Companhia. Apesar dos silêncios que o caso ainda mantém, revela uma dimensão que as autoras bem sublinham: a descida a situações concretas mostra realidades muito mais complexas, relações pessoais e humanas que não cabem em categorizações simplificadoras das relações institucionais que delas com frequência prescindem.

As próprias perceções que pessoas concretas – neste caso, dominicanos – tiveram das novas realidades encontradas são outros tantos instrumentos para a melhor compreensão da diversidade cultural em distintos continentes.

De espaços africanos, mais concretamente África Oriental, se ocupa Glória de Santana Paula com o estudo das «Representações da *Cafraria*» na *Etiópia Oriental* de Fr. João dos Santos, impressa em Évora em 1609 e mais tarde em versão latina do jesuíta Alonso de Sandoval (*De instauranda Aetiopiae salute*, 1627 e 1647) e, em versões abreviadas, em inglês e francês (esta em 1684 e 1688). A partir de uma breve contextualização história de processos europeus de evangelização nesta área geográfica e da ação dos Pregadores no Sudeste africano, a autora faculta uma análise interessante desta importante obra, não só porque nela se registaram as «memórias» e impressões deste dominicano português sobre a diversidade antropológica e cultural do Sudeste africano, mas também pela sua construção de categorizações, estereótipos e mitos sobre a *Cafraria* – indo dos poderes aos costumes e povos locais, passando por naufrágios de navios portugueses, por descrições geográficas, paisagens, fauna e flora e muitas outras «cousas notáveis» - que certamente foram partilhados e se foram repetindo durante muito tempo.

Por sua vez, Rui Loureiro traz-nos aqui umas «Breves notas sobre as fontes» do importante (pelo seu pioneirismo resultante da dedicação exclusiva à China) *Tratado das cousas da China* de Fr. Gaspar da Cruz (impresso em Évora em 1569-1579). Reconhecido conhecedor

e editor desta obra, ao focar especificamente as fontes desta, aduz perspetivas complementares à dimensão «testemunhal» das «próprias vivências», fontes essas perceptíveis em alusões intertextuais recolhidas no que Rui Loureiro designa de *biblioteca virtual* de Fr. Gaspar da Cruz composta por textos clássicos, medievais e modernos (manuscritos e impressos). Com esta análise mostra como o autor, conhecedor de práticas historiográficas da época, as soube subtilmente soube utilizar, sem prejuízo do seu próprio conhecimento extraordinário da realidade chinesa da época.

Passando ao Brasil em tempos pombalinos, João Abel da Fonseca mostra-nos a relação entre Estado e Religião no estudo sobre «D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa – um dominicano no governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1752-1756)». Esse dominicano português foi Membro da Academia Real da História Portuguesa, pregador de um auto-de-fé, bispo de Malaca, do Pará e de Leiria. Aqui é particularmente interessante notar esta presença dominicana, não propriamente como missionário, mas fundamentalmente enquanto bispo do Pará (para onde partiu em 1748, aí chegando em 1749) que também ocupou algumas vezes o governo interino do estado do Grão-Pará e Maranhão (1752-1758), na ausência do seu titular, o capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Nesse período – de incipiente presença dominicana na região - foi um ativo colaborador das políticas do governo central de Lisboa na chamada «Amazónia Pombalina». Revelou ser, sobretudo, um «hábil homem político», como o revelam as cartas publicadas no anexo documental deste estudo.

A encerrar a terceira parte desta obra, Paulo da Assunção traz-nos uma visão extensiva da «construção da caminhada» dos «frades dominicanos no Brasil entre 1889 -1945» - ou seja, depois da proclamação da República no Brasil e o fim da 2ª Guerra Mundial, mas evocando algumas presenças isoladas anteriores de dominicanos em várias partes do Brasil. O estudo pretende mostrar como a participação dos frades dominicanos sucede sobretudo com o denominado Movimento de Romanização da Igreja do Brasil, ocorrendo a «transformação da Missão Dominicana através da mudança gradativa da sua atuação dos religiosos do meio rural para as cidades», com que se acentuou o propósito evangelizador da ordem numa perspetiva mais institucional e organizada, com dois momentos particularmente relevantes: a criação da Vice-Província do Brasil em 1942 e, em 1952, a Província de São Tomás de Aquino – que não resolveram, contudo, a escassez de religiosos para a ambição missionária e de apostolado da Ordem, num tempo em que se dava um crescimento urbano acentuado em algumas cidades e mudanças culturais que tornaram ainda mais exigentes as funções dos religiosos.

Este breve repassar pela diversidade de estudos reunidos neste volume pretendeu, ainda que superficialmente, dar conta da grande diversidade de «Rastos dominicanos de Portugal para o mundo». A leitura integral da obra permitirá certamente ir mais fundo e beneficiar da multiplicidade de saberes, informações, documentos, vidas e, sobretudo, das muitas novas pistas e claros desafios à investigação e ao conhecimento da complexa e multifacetada ação e do papel da OP em todos os continentes ao longo dos 600 anos da ação da Província Portuguesa da Ordem, mantendo assim viva a tradição dos estudos dominicanos em Portugal.

